

A contribuição do Feminismo na intervenção de Assistentes Sociais em relação à emancipação das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero existentes na sociedade patriarcal

The contribution of Feminism on the intervention of Social Workers in relation to the emancipation of women on facing the existing gender inequalities on the patriarchal society

Bruna Oliveira Timóteo¹
Thatiany Harumi Bando Ferreira²
Marilda de Oliveira Lemos³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

O Feminismo, considerada uma postura política, representa a tomada de consciência das mulheres que buscam conquistar o acesso a direitos iguais entre os gêneros. Por meio de pesquisa bibliográfica evidenciou-se a importância do Feminismo no Serviço Social, o qual nasceu no momento histórico em que se exigiam profissionais capacitados para contribuir na atenuação dos conflitos sociais e na invisibilidade das desigualdades de gênero. A partir da década de 1960 ocorreu o processo de renovação da profissão com nova construção teórico-metodológica. Nesse sentido, a contribuição do Feminismo possibilitou uma fase de grande efervescência na luta pela emancipação das mulheres e na eliminação das desigualdades de gênero, contribuição essa que veio sendo apropriada pelo Serviço Social até os dias de hoje.

Palavras-chave: emancipação, feminismo, gênero, mulheres, serviço social.

ABSTRACT

The feminism, which is a political stance, represents the awareness of women whose search to conquer the access to equal rights amongst genders. Through bibliographic research, has become evident the importance of feminism on Social Service, which was born on the historical moment that demanded qualified professionals to contribute in the attenuation of social conflicts and on the invisibility of genre inequalities. From the 1960s occurred the process of renewal of profession with a new theoretical-methodological construction. In this sense, the contribution of feminism made possible a phase of great effervescence in the struggle for the emancipation of women and in the elimination of gender inequalities, contribution that keeps being appropriate by Social Service until the present days.

Keywords: emancipation, feminism, gender, women, social service.

Introdução

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católica Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católica Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Assistente Social, Doutora em Ciências Sociais; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

A pesquisa bibliográfica ora apresentada traz informações sobre a contribuição do Feminismo na intervenção de Assistentes Sociais em relação à emancipação das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero existentes na sociedade patriarcal. Como corrente intelectual, o Feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela equidade entre os gêneros com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. Representa a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, e tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres através da luta pela equidade entre todos os seres humanos.

Devido à sociedade ser estruturada pela dominação masculina, a posição que as mulheres ocupam é marcada pela subalternidade, por possuírem menos acesso às posições de poder e, conseqüentemente, estão mais sujeitas à violação de seus direitos. A exclusão das mulheres se deve a um longo processo que resulta de construções culturais sobre as diferenças biológicas das mulheres em relação aos homens. O patriarcado se define como um sistema sexual de poder no qual o homem possui superioridade e privilégio sobre todas as relações sociais e a noção de patriarcado contribui para o entendimento de gênero e relaciona-se ao poder estabelecido pelo sexo masculino sobre o feminino.

É de extrema importância para o Serviço Social a contribuição do Feminismo, para que as mulheres busquem criar meios para conquistarem o protagonismo de sua vida e história, e atuarem na busca pela erradicação dos discursos que intencionalmente confundem o masculino com o universal. O desafio do Serviço Social no debate sobre gênero constitui-se na garantia da orientação dada pela construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.

Diante disso, torna-se necessária a intervenção de Assistentes Sociais frente às situações de violências e humilhações que as mulheres estão sujeitas a passar, contribuindo para que haja um possível processo de conscientização destas, para que possam lutar coletivamente por uma sociedade mais justa, a fim de romperem com o silêncio imposto e desenvolverem o protagonismo de suas vidas, se reconhecendo enquanto cidadãos sujeitos de direitos.

Ao adquirirem uma consciência feminista, as mulheres passam a se reconhecerem de fato como pessoas que sentem vontades e desejos, que podem ser

expressos e vivenciados fora e dentro de suas casas. Portanto, a importância da apropriação de si está na percepção da mulher como sujeitos de sua vida, o que necessariamente associa-se à superação da ideologia de naturalização do sexo, por esse processo compreende-se o que é chamado de empoderamento das mulheres.

O artigo teve por objetivo geral pesquisar a relação do Feminismo com o Serviço Social, e por objetivos específicos verificar se o processo de emancipação implica na libertação das mulheres em relação às amarras das desigualdades de gênero e, sobretudo, investigar como o Serviço Social desenvolve o processo de emancipação das mulheres que está associado à luta pela emancipação humana e à construção de uma nova sociedade, tendo como perspectiva ações voltadas para o coletivo e pesquisar também se o Feminismo contribui para a melhoria do processo de conscientização das mulheres enquanto cidadãs sujeitos de direitos. Como pressuposto teórico ficou definido se o Feminismo contribui para a intervenção de Assistentes Sociais no processo de desenvolvimento da autonomia das mulheres, a partir da conscientização destas, sendo extremamente relevante para o Serviço Social.

O Feminismo no Serviço Social

O Serviço Social emerge como profissão radicalmente associada à caridade e a uma moral cristã patriarcal que impusera às mulheres a obrigação de serem bondosas e caridosas, sendo assim, o Serviço Social vai se constituindo como algo vinculado ao dom ou mesmo um papel feminino, pois não se considerava a importância da profissão como uma especialidade da divisão sociotécnica do trabalho. (CISNE; SANTOS, 2018).

A presença marcante de mulheres na composição da categoria profissional do Serviço Social, bem como no seu público usuário, não é algo natural, mas socialmente determinado pela divisão sexual do trabalho patriarcal que responsabiliza as mulheres pelas expressões da questão social. No entanto, o sistema patriarcal não mede esforços em desenvolver uma ideologia que naturaliza o papel da mulher na sociedade por meio de uma cultura e educação sexista que fomenta que ser mulher é sinônimo de sacrifício e doação ao outro, ainda que em detrimento de si, dos seus desejos, das suas necessidades e do seu tempo. (CISNE; SANTOS, 2018).

Com o surgimento do Serviço Social na transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, passou-se a exigir profissionais capacitados para a função de articulação da população, que operassem com a coerção e a construção de consensos para contribuir na atenuação dos conflitos sociais. Porém, a partir dos anos 1960 o processo de renovação do Serviço Social se deu a partir da virada teórico-metodológica através da incansável luta e resistência dos/as Assistentes Sociais frente às contradições da sociedade capitalista. Essa categoria vem construindo um agir profissional em defesa da emancipação humana e da exclusão das desigualdades de gênero, através da contribuição do Feminismo que se contrapõe radicalmente ao poder patriarcal e propõe uma transformação social. Portanto, entende-se que esse processo é contínuo, ou seja, o movimento de renovação do Serviço Social se faz necessário enquanto houver influência do conservadorismo na formação e intervenção de profissionais. (LOURDES, 2014); (CISNE; SANTOS, 2018).

A articulação entre o Serviço Social e o Feminismo vai sendo construída ao longo do tempo, *pois possibilitou para ambos uma fase de grande efervescência na luta pela emancipação das mulheres e na equidade entre os gêneros.*

Dessa forma, o Feminismo, que é um movimento social e político existente desde o século XVIII, tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres, contrapondo-se radicalmente ao poder patriarcal e propondo dessa forma uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade, a fim de libertar as mulheres e levar a sociedade a ser mais justa do ponto de vista de suas estruturas econômicas, mas sem perder de vista as especificidades de gênero. (MARQUES, 2015); (MIGUEL; BIROLI, 2014).

O Feminismo é uma consciência crítica que ressalta as tensões e contradições que encerram todos esses discursos que intencionalmente confundem o masculino com o universal. (GARCIA, 2011, p. 14).

O Feminismo representa a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano e, através dele, buscam criar meios para conquistarem o protagonismo de suas histórias, por meio da denúncia do conservadorismo presente nas leis, nos costumes e nos casos concretos de violação de seus direitos. (GARCIA, 2011).

O termo Feminismo foi primeiro empregado nos Estados Unidos por volta de

1911, quando escritores começaram a usá-lo no lugar das expressões utilizadas no século XIX tais como: o movimento das mulheres, para descrever um novo movimento na longa história das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres. (GARCIA, 2011).

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, em decorrência da agudização da questão social, que aprofundava as opressões sofridas pelas mulheres é que as lutas e manifestações feministas passam a adquirir uma maior organicidade. O movimento sufragista brasileiro ganhou impulso com o retorno da cientista Bertha Lutz ao Brasil na década de 1910, fortalecendo a luta das brasileiras pelos direitos políticos, exercido de modo especial pelo voto. Bertha Lutz liderou o movimento e foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez a campanha pública pelo voto feminino. Com isso, o voto foi o primeiro direito político conquistado em 1932 logo após a promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro. Esse momento de conquista do voto foi chamado de primeira onda do Feminismo. (CISNE, 2014); (PINTO, 2010).

Já em 1960, surge uma segunda onda que questiona radicalmente a naturalização dos papéis sociais de gênero, através da denúncia do processo de socialização que ensina meninos e meninas a cumprirem papéis de dominantes e dominadas, respectivamente. Defendendo dessa forma que o masculino e o feminino são construções culturais, fruto do processo histórico e que, portanto, a hierarquia entre os gêneros pode ser combatida em todas as áreas. (ALVES; PITANGUY, 1985).

Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. (PINTO, 2010, p. 15).

Com a redemocratização dos anos 1980, o Feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres, as quais não se limitaram a lutar pela equidade entre os gêneros. Ao confrontar a ordem burguesa e a democracia representativa formal, lutaram pela consolidação do poder popular e iniciaram uma batalha histórica em torno do direito de participar ativamente da vida pública e social. (GURGEL, 2011, *apud* CISNE, 2014).

No processo de suas próprias lutas, o Feminismo foi capaz de transformar sua agenda e sua reflexão sobre o mundo social, através da exigência em relação à cidadania igual para mulheres e homens. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 8).

A contribuição do Feminismo na intervenção de Assistentes Sociais em relação à emancipação das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero existentes na sociedade patriarcal

A exclusão das mulheres é o resultado de um longo processo que resulta de construções culturais sobre as diferenças biológicas das mulheres em relação aos homens. A articulação desses elementos ao longo do desenvolvimento social possibilitou a supremacia masculina, como um sistema que, ainda que se modifique, se mantém atuante. A noção de patriarcado contribui para o entendimento de gênero e relaciona-se ao poder estabelecido pelo sexo masculino sobre o feminino. O patriarcado se define como um sistema sexual de poder no qual o homem possui superioridade e privilégio sobre todas as relações sociais. (MOREIRA, 2006, *apud* REGINA, 2018).

Forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, dos velhos sobre os jovens e da linhagem paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu da tomada de poder histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica por meio dos mitos e da religião que o perpetuam como única estrutura possível. (GARCIA, 2011, p. 17).

O poder do patriarcado nas relações sociais vigentes permite que o mesmo se efetive até na ausência dos homens, uma vez que as mulheres, também, incorporam-no e o reproduzem, seja entre si ou na educação de seus filhos e filhas. Isso ocorre devido ao patriarcado funcionar como um sistema regido pelo medo, estabelecido em uma sociedade atravessada por relações de alienação. Dessa forma, atendendo aos interesses das classes dominantes, a cultura não pode ser entendida de forma isolada das relações estruturais da sociedade. (CISNE, 2014).

As mulheres não nascem naturalmente submissas e passivas, mas incorporam essa ideologia da classe dominante pelo fato de viverem em uma sociedade historicamente machista e repleta de alienação. É fundamental esclarecer esse sistema de opressão no qual as mulheres estão sujeitas para que se possa analisar crítica e politicamente as relações sociais de gênero, e com isso, ter a possibilidade para a construção de relações equitativas. (BEAUVOIR, 1980, *apud* CISNE, 2014).

Portanto, considera-se que o patriarcado desvaloriza e exerce controle e

dominação sobre o corpo e a sexualidade da mulher e do que é identificado como feminino. Dessa forma, a ideologia patriarcal atende aos interesses da classe dominante pela influência da mulher na família, considerada base da reprodução material e ideológica da força de trabalho, considerada fundamental para assegurar a reprodução social. (CISNE; SANTOS, 2018).

A crítica Feminista ganha radicalidade e força quando as abordagens são capazes de incorporar o fato de que as relações de gênero impactam as experiências, pelo exercício do poder, assim como as formas de dominação e de exploração se dá também internamente ao grupo mulheres. (MIGUEL; BIROLI, 2014).

A construção social de gênero se dá a partir das diferenças percebidas entre o sexo masculino e feminino. Propõe como saída o processo de desconstrução da ordem social ancorada na lógica masculina e na substituição por outra lógica não falocêntrica, centrado na possibilidade em romper com os estereótipos e, assim, lançar as bases para um novo patamar de relações entre os gêneros. (MOREIRA, 2006, *apud* REGINA, 2018).

Assim, o Serviço Social nasceu em conjunturas históricas que exigiam novas formas de atuação frente às necessidades sociais. No caso do Serviço Social, foi o surgimento do Feminismo que demandou a atuação de profissionais capacitados para lidar com a questão das desigualdades de gênero. (LOURDES, 2014).

A década de 1970 representou um marco histórico na vida das mulheres, pois com o apogeu do Feminismo que surgiu para denunciar as desigualdades entre homens e mulheres, houve a emergência na análise da categoria mulheres devido a necessidade de visibilidade histórica da opressão que estas sofriam por estarem em uma condição de subordinação em relação aos homens. (LOURENÇO; ROSENAIDE, 2011).

Contudo, o Feminismo contribui para que o/a Assistente Social trabalhe o empoderamento de mulheres a fim de conquistarem sua autonomia, implicando na libertação das amarras da opressão de gênero e do patriarcado. Todavia, o objetivo maior da emancipação das mulheres para o Serviço Social é eliminar a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero na sociedade contemporânea. (SARDENBERG, 2012).

A relação do Feminismo com o Serviço Social

O Projeto Ético-Político do Serviço Social construído a partir das últimas cinco décadas aponta para uma direção clara anti-capitalista e anti-conservadora, ou seja, tem como horizonte a superação da ordem burguesa e a construção de uma nova ordem societária, sem desigualdade de gênero, classe, etnia ou de qualquer natureza. (CISNE; SANTOS, 2018); (MOREIRA, 2006, *apud* REGINA, 2018).

O objetivo fundamental do Feminismo é eliminar o patriarcado como forma de organização política, através da luta pelo reconhecimento de direitos e oportunidades para as mulheres, de forma a conquistar a emancipação humana. (GARCIA, 2011).

O Feminismo se encontra com o Projeto Ético-Político do Serviço Social no horizonte de uma luta contínua contra todas as formas de opressão e exploração, para conquistar uma sociedade sem preconceitos, violências e violações. Portanto, a relação do Feminismo com o Serviço Social se estabelece para ressaltar e fortalecer o compromisso com a luta pela liberdade das mulheres, o que corresponde ao processo contínuo de enfrentamento aos conservadorismos e, ao mesmo tempo, com a afirmação da renovação da profissão ao aliançar-se com a emancipação humana. (CISNE; SANTOS, 2018).

Processo de libertação e emancipação das mulheres em relação às amarras das desigualdades de gênero

A princípio, as feministas começaram a utilizar gênero como uma forma de se referir à organização social da relação entre os sexos. A expansão dos movimentos feministas mostrou que as mulheres, ao mesmo tempo em que têm uma identidade social que as unifica, têm também sua identidade construída em torno de elementos que as diferenciam: a orientação sexual, a etnia, a classe social, a cultura de seus respectivos países, a ideologia política e, por fim, a corrente do Feminismo que defendem. (LOURDES, 2014).

Como corrente intelectual, o Feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela equidade entre os gêneros com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução masculina. (MIGUEL; BIROLI, 2014).

As discussões de gênero no Serviço Social brasileiro começaram a tomar forma somente no final da década de 1990, sendo considerada uma discussão de extrema relevância que deve perpassar a formação profissional. (LOURDES, 2014).

O Código de Ética do Serviço Social tem como um dos princípios fundamentais o reconhecimento da liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Dessa forma, relacionando à defesa da liberdade de gênero com a luta pela expansão da emancipação das mulheres, evidenciam-se implicações na superação da heteronomia e conseqüentemente a luta dos/as Assistentes Sociais pela efetivação do acesso dos direitos sociais para todos/as e pela plena realização de homens e mulheres. A liberdade, nessa concepção, vincula-se a uma ética coletivista, logo, é inerente a esta direção social a vinculação a uma perspectiva de defesa e construção de uma sociedade equitativa e radicalmente humana, sem dominação, exploração, discriminação ou preconceitos. (REGINA *et al.* 2014).

Portanto, o processo de empoderamento que resulta na emancipação das mulheres questiona as relações patriarcais, o que implica em transformações no que refere ao controle dos homens que se encontram na condição de opressores em relação às mulheres, que se encontram na condição de oprimidas. Sendo assim, a emancipação das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação de seus direitos. (SARDENBERG, 2012)

O Serviço Social no desenvolvimento do processo de emancipação das mulheres por meio de ações coletivas

O foco da atuação profissional do/a Assistente Social se constrói no processo de articulação do poder dos sujeitos e no enfrentamento das demandas referentes às expressões da questão social de cada espaço profissional ocupado e em cada especificidade institucional, através de estratégias de ação. Contudo, os/as Assistentes Sociais, ao participarem da formulação e gestão de políticas públicas, tem como intuito atender as demandas trazidas pelas mulheres, levando em consideração a particularidade das situações vivenciadas por estas. (MOREIRA, 2006 *apud* REGINA, 2018).

A maioria das mulheres tem pouquíssimo tempo livre e, portanto, menos condição de refletir, de estudar, de intervir e se organizar politicamente. Isso é um desafio enorme para o Serviço Social e também para todas as mulheres que socialmente permanecem sendo fortemente responsabilizadas pela reprodução social. Portanto, cabe aos/às Assistentes Sociais, não potencializarem práticas conservadoras que responsabilizem ainda mais as mulheres no que diz respeito às expressões da questão social. (CISNE; SANTOS, 2018).

É no processo de reconhecimento nas outras mulheres que a experiência individual de cada mulher vai se politizando e ganhando força pública para o enfrentamento das opressões. Na medida em que as mulheres se percebem enquanto cidadãos sujeitos de direitos, ocorre um processo de fortalecimento coletivo que desnaturaliza as opressões, subordinações e violações de direitos destas. Com isso, desloca-se a acomodação para a ação coletiva, e a descrença de que é impossível transformar, por meio de luta, a sociedade patriarcal. (CISNE, 2014).

Os/as Assistentes Sociais oferecem elementos para que as mulheres percebam as desigualdades de gênero existentes na sociedade patriarcal a fim de refletirem sobre a capacidade de organização e mobilização enquanto coletivo humano, diante do contexto sócio-histórico em que estão inseridas. Portanto, a consciência individual de uma mulher voltada para a sua liberdade associa-se a uma consciência coletiva, que entende que todas as mulheres devem ser livres, o que, demanda a transformação do sistema patriarcal. (CISNE, 2014).

A contribuição do Feminismo para a cidadania das mulheres

A ideologia patriarcal penetra na consciência das mulheres devido à naturalização das relações de dominação e exploração que a alienação produz. Essa naturalização dificulta a possibilidade de pensar e agir de forma transformadora, com isso, muitas delas não percebem que estão naturalizando e reproduzindo sua condição de subalternidade e subserviência como algo inato e biológico. (CISNE, 2014).

Para questionar sua situação subordinada, as mulheres têm que reconhecer a existência de uma ideologia que legitima a dominação masculina e compreender como isso perpetua a opressão (p. 131), ou seja, o primeiro passo é a “conscientização”. (SARDENBERG, 2012, p. 8).

A consciência não é algo estático, tampouco progressivo, uma vez que pode continuamente sofrer avanços e recuos e vice-versa. No capitalismo, a formação da consciência crítica é dificultada pela forte ideologia e alienação, que naturalizam as relações de desigualdades sociais e se insere em um processo social que, embora processado individualmente, também está vinculado com as relações sociais que cada indivíduo estabelece. (CISNE, 2014).

Ao adquirirem uma consciência feminista, as mulheres passam a se reconhecer de fato como pessoas que sentem vontades e desejos próprios. O empoderamento tem a ver com a questão da construção de sua autonomia, ou seja, a capacidade de tomar decisões em relação à sua vida, já a emancipação é quando reconhecem as forças sistêmicas que as oprimem e passam a atuar no sentido de mudar as relações de poder existentes, assumindo o controle de suas vidas. (CISNE, 2014); (SARDENBERG, 2012).

A importância da apropriação de si está, portanto, na percepção da mulher como sujeito de sua própria vida, o que necessariamente associa-se à superação da ideologia de naturalização do sexo. Esse processo de apropriar-se de si está radicalmente articulado com o descobrir-se feminista. (CISNE, 2014, p. 177).

A existência dos Movimentos Feministas é fundamental para a formação da consciência militante feminista, pois, esses contribuem com a desnaturalização da ideologia patriarcal e de uma suposta natureza feminina que as situam como inferiores, sendo que através deles, as mulheres passam a se perceber e a se constituírem como sujeitos políticos. (CISNE, 2014).

O Feminismo, portanto, para chegar a uma consciência militante, necessita primeiro possibilitar o encontro das mulheres consigo. Por isso, há a valorização no Feminismo à dimensão subjetiva, individual. Sem a valorização das experiências de cada uma das mulheres, o Feminismo não consegue constituir-se como sujeito político, tampouco contribuir para a formação da consciência militante. (CISNE, 2014, p. 256).

Dessa forma, além da ruptura com a ideologia burguesa, as mulheres necessitam romper radicalmente com a ideologia de naturalização dos sexos e toda a alienação a ela associada, a começar pela descoberta de si enquanto cidadãs sujeitos de direitos. Com isso, a descoberta da força individual das mulheres, torna-se força política coletiva, posto que mexe com as estruturas sociais. Dessa forma, ocorre o estabelecimento de conflitos e enfrentamentos à medida em que a mulher

sai da invisibilidade, entra na cena política e se constitui sujeito histórico ou, simplesmente, passa a existir politicamente, tendo voz no lugar do medo. As mulheres ao se reconhecerem enquanto cidadãs sujeitos de direitos e ao se conscientizarem da opressão que sofrem, mais condições de resistência e enfrentamento podem-se construir. (CISNE, 2014).

Análise da contribuição do Feminismo na intervenção de Assistentes Sociais em relação à emancipação das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero existentes na sociedade patriarcal

O Feminismo no Serviço Social possui extrema relevância para que se possa somar na luta diária das mulheres, as quais clamam por uma sociedade mais justa, por uma vida sem violência e pela conquista da equidade entre os gêneros.

Portanto, entende-se a importância do Feminismo para o Serviço Social não só pelo compromisso ético-político com o público usuário predominantemente feminino, mas, também, para o entendimento do sentido sócio-histórico da profissão que, com o passar dos anos, precisou de um agir profissional emancipatório, trazendo reflexões críticas que permitem ações transformadoras, voltadas à desnaturalização e ao enfrentamento às opressões e explorações em relação às mulheres, condições fortemente presentes no cotidiano destas. A equidade de gênero contribui para a justiça social que atinge diretamente a vida de mulheres e homens.

Conclusão

Ao término da pesquisa desenvolvida, concluiu-se que os objetivos foram alcançados, de forma a entender que a relação do Feminismo com o Serviço Social se estabelece para fortalecer o compromisso com a luta pela liberdade das mulheres, o que corresponde ao processo contínuo de enfrentamento ao conservadorismo. Diante disso, o Feminismo se encontra com o Projeto Ético-Político do Serviço Social no horizonte de uma luta contínua contra todas as formas de opressão e exploração, a fim de conquistar uma sociedade sem preconceitos, violências e violações.

Sendo assim, o pressuposto teórico foi confirmado devido ao Feminismo contribuir para a intervenção de Assistentes Sociais no processo de desenvolvimento da autonomia das mulheres, a partir da conscientização da força que possuem coletivamente e da importância da inserção destas em processos de

formação política, organizações feministas e lutas protagonizadas pelos movimentos.

Contudo, o empoderamento contribui na emancipação das mulheres, fazendo com que se organizem e lutem coletivamente pelo fim da opressão patriarcal a fim de alcançarem a libertação das amarras da opressão de gênero. A emancipação feminina é vista como um instrumento de desenvolvimento para a democracia, e tem relação com a questão da construção da autonomia das mulheres, da capacidade de tomarem decisões em relação às suas vidas e da assertividade individual até à resistência que possibilita o questionamento às bases das relações de poder.

Como proposta de intervenção para os/as Assistentes Sociais em relação aos seus atendimentos, propõe-se que trabalhem com ações emancipatórias que busquem desenvolver a autonomia de seus/suas usuários/as seguindo os pressupostos do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Os/as profissionais, como o restante da população, são socializados/as numa cultura machista e patriarcal e, portanto, podem ter a tendência de agirem de acordo com tais padrões. Diante disso, faz-se necessária a inclusão do tema e do debate sobre os Feminismos na graduação para formar profissionais que compreendam que mulheres possuem o direito de não aceitarem a violência imposta pela sociedade patriarcal e que também tenham comprometimento em socializar as informações para os/as usuários/as de modo a trazer reflexões sobre as suas vivências. É de extrema importância que as políticas públicas atuem na eliminação da discriminação e do desconhecimento sobre os direitos das mulheres como direitos humanos. Para isso é fundamental estabelecer o fortalecimento e a articulação entre as redes de serviços, entre elas a educação, a saúde, a cultura e a política de assistência social.

Os/as Assistentes Sociais poderiam buscar, nas redes de serviços e nos grupos socioeducativos, o incentivo de palestras e oficinas que desmistifiquem o Feminismo e apresente a importância das práticas e atitudes feministas. Além disso, poderiam ser desenvolvidos assuntos que contribuam para a reflexão dos direitos das mulheres e sobre a estrutura da sociedade patriarcal, de forma que estas possam se apropriar de ferramentas para alcançar a emancipação, fazer ouvir sua voz e contribuir para o rompimento da discriminação e dos preconceitos de gênero. Sendo assim, através da reflexão e conscientização poderá ser possível que as mulheres estabeleçam estratégias políticas capazes de questionar a ordem social patriarcal

que coloca o sexo feminino em condição de inferioridade e subordinação em relação ao sexo masculino.

Referências Bibliográficas

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** 1981. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/113816280/O-que-e-Feminismo-Branca-Moreira>> Acesso em: 19 fev. 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE DIREITO – FENED. **Cartilha Feminista**. FENED: Brasília, 2012.

GARCIA, Carla C.. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Nova Alexandria, 2011.

LOURENÇO, Albenício S.; ROSENAIDE, Marta L.. **Gênero e emancipação humana: uma reflexão sócio-cultural**. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/#search/materias+auxilio+de+tcc/1624e63a1f1da892?projector=1&messagePartId=0.1>> Acesso em: 8 jul. 2018.

LOURDES, Rita L.. **Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações**. 2014. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/#search/materias+auxilio+de+tcc/1624e63a1f1da892?projector=1&messagePartId=0.5>> Acesso em: 8 jul. 2018.

MARQUES, Rafaela. **O que é feminismo?** 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-e-feminismo-2198.html>> Acesso em: 10 out. 2017.

MIGUEL, Luis F.; BIROLI, Flávia.. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PINTO, Céli R. J.. **Feminismo, História e Poder**. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2018.

REGINA, Maria A. M. *et al.* **O lugar de gênero na formação da/o assistente social**. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/#search/materias+auxilio+de+tcc/1624e63a1f1da892?projector=1&messagePartId=0.3>> Acesso em: 8 jul. 2018.

SARDENBERG, Cecília M.B.. **Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminina**. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.